

# Jornal do Sindifisco



## Direito dos Aposentados com doenças incapacitantes está garantido

### III Plenafisco

O SINDIFISCO convida todos os filiados a participarem do evento que acontece de 7 a 11 de agosto, em Gramado no Rio Grande do Sul.

Página 3

### Espaço Democrático

Candidatos à Alesc filiados ao SINDIFISCO dão suas mensagens.

Página 4 e 5

### Processos

Confira o andamento dos processos do SINDIFISCO.

Caderno Especial



Página 3

### ARRECADAÇÃO SC

	ICMS	TOTAL
ABRIL/06	494,6	616,3
MAIO/06	501,6	632,8
JUNHO/06	503,8	641,3

obs.: valores sujeitos a alteração

### LEIA MAIS ...

### Arrecadação semestral sobe 7%

Página 7

### Editorial

### Um novo papel para o fisco catarinense

Página 2

# UM NOVO PAPEL PARA O FISCO CATARINENSE

*Prezados colegas!*

*Rememorizo anos passados. A infância. Meu pai, um comerciante do interior, não gostava de fiscal, especialmente da Fazenda. Via no fiscal, a carga tributária pesada e injusta, via a penalidade.*

*Ouso dizer que a opinião pública a respeito do fiscal não é diferente. Sabemos do quão injusta é. Sabemos que o fiscal é tão só um funcionário público vinculado à aplicação da Lei aprovada pela própria sociedade através de seus representantes legais. Sabemos o quanto tivemos que estudar para lograr êxito no concorrido concurso de acesso.*

*Resta-nos levar à sociedade a verdade e a importância da função fiscal. Da eficiência do Fisco depende a governabilidade. Um Fisco eficiente e motivado, é garantia contra a concorrência desleal decorrente da evasão fiscal. É garantia de recursos para a educação, para a segurança, para a saúde, para a infra-estrutura.*

*A par disto, cabe-nos um novo papel na sociedade, que vai além do zelo pelo correto recolhimento dos tributos. Devemos, pelo conhecimento e experiência que o desempenho da função nos traz, contribuir decisivamente, se não liderar, para as mudanças que se fazem necessárias no sistema tributário. Impõe-se-nos, de início, a obrigação de buscar a simplificação radical das obrigações acessórias do contribuinte catarinense. Ato contínuo, impende que levemos à discussão com o Governo, Assembléia, Entidades Representativas e lideranças, as alternativas possíveis e viáveis para o ICMS.*

*Não se pode olvidar também, o papel classista que cabe aos colegas com cargos diretivos no governo. Temos acompanhado com decepção a falta de corporativismo de muitos quando guindados a cargos decisórios, e com tristeza, uns poucos que passam a esnober os seus pares como se estranhos fossem à classe fiscal. São dignos de pena! Fosse eu governante não confiaria naquele que não se empenha por sua própria classe, que difama os seus! Você confiaria? Exercer o corporativismo não é ilícito, ao contrário, é demonstração de personalidade digna, de jogo claro e leal, é tentar o convencimento espalhando as qualidades da sua categoria. Esses poucos que se envergonham de nós, merecem sim a nossa vergonha. Não se deram conta de que todas as classes têm componentes com falhas, imerecedores, mas que isso não é peculiaridade do Fisco, é comum a todas e a tudo o que é humano.*

**O Fisco é o caminho!**

**Almir Gorges**  
Presidente do Sindifisco

# INVALIDEZ POR DOENÇA DÁ DIREITO A ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Após meses de luta dos sindicatos dos servidores estaduais, diversas solicitações administrativas e judiciais, finalmente, o Presidente do IPESC assinou a Portaria 156/2006, que estabelece a isenção de contribuição previdenciária para o servidor público aposentado por invalidez em razão de doença incapacitante, e que vem a corrigir uma situação de injustiça esdrúxula. Somente os estados do Maranhão, Paraíba e Santa Catarina, até então, vinham se recusando a implementar este direito constitucional

A isenção também vale para o aposentado ou pensionista em gozo de benefício que tenha adquirido doença incapacitante após a sua concessão. O valor da isenção será de até duas vezes o

valor do teto aplicado pelo Regime Geral de Previdência Social.

## Como Proceder

Para obter a restituição da contribuição previdenciária recolhida a maior, no período de 2004 à 2006, o filiado deverá encaminhar requerimento por escrito ao IPESC, devidamente instruído com cópia do documento de identidade e do



contracheque do interessado, cópia da Portaria de Aposentadoria e Termo de Inspeção de Saúde expedido pela Junta Médica Oficial do Estado.

A data da concessão da isenção será a mesma que a da incapacidade, atestada em Termo de Inspeção de Saúde pela Junta Médica Oficial do Estado, no limite de retroatividade máxima, estabelecido pela EC 47/05, que é até o dia 31/12/2003.

Os associados que deixaram de contribuir à Previdência Estadual por força de liminar, terão a sua isenção concedida a partir do retorno da contribuição previdenciária ao IPESC, a qual deverá ser atestada por setor competente do referido órgão.

## Microempresa

A Lei de Micro e Pequenas Empresas (PLP 123/04), está pronta para a votação, no entanto faltam alguns entendimentos políticos finais. Com este panorama e após conversar com o relator Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), o Fórum Fisco Nacional, se reuniu. O objetivo do encontro, realizado dia 6 de julho, na sede da Fenafisco, era avaliar a discussão com o tucano.

Porém, o debate se ampliou. É que três alternativas foram levantadas para o prosseguimento da campanha "Diga não!" ao PLP 123/04: (1) trabalhar pela rejeição integral da proposta, (2) continuar no aprimoramento do atual texto ou (3) construir um novo projeto de lei de micro e pequena empresa.

Apesar de ser consensual que a Lei de Microempresa melhorou muito do que era anteriormente, as entidades avaliaram que tal feito se deu somente na área tributária. Ou seja, no campo trabalhista praticamente nada foi reformado.

A última versão do substitutivo pode ser encontrada no portal do deputado na internet, no endereço eletrônico: [www.hauly.com.br](http://www.hauly.com.br), no item discussão da semana, bem embaixo, no lado direito da página.

Fonte: Diretoria para Assuntos Técnicos e Comunicação/Fenafisco

## III PLENAFISCO III CONAFISCO EXTRAORDINÁRIO

O SINTAF/RS (51) 3226.4747 e a FENAFISCO (61) 3224.0515 estarão patrocinando os Eventos **III PLENAFISCO** e **III CONAFISCO**, que serão realizados em **GRAMADO/RS**, nos dias de 07 (sete) a 11 (onze) de agosto de 2006.

O **SINDIFISCO/SC** fretou da Empresa Catarinense um ônibus executivo, que dispõe de 46 lugares, com dois motoristas profissionais, que servirá para levar e trazer nossa delegação, sem ônus para os Associados.

As inscrições nos Eventos serão gratuitas, vez que o Sindicato está ajudando a pagar as despesas gerais dos Eventos.

Cada colega que quiser participar terá que arcar com as despesas de hotel e alimentação. As reservas de hotéis deverão ser feitas pessoalmente por cada um dos colegas, diretamente com a Operadora Oficial dos Eventos, **BMZ Turismo [www.bmztur.com.br](http://www.bmztur.com.br) (51) 3321.1133**, cujo pagamento poderá ser parcelado em até 3 (três) vezes sem juros. Serão 05 (cinco) noites de hotel.

O ônibus sairá de Florianópolis dia 07 (sete) pela manhã e retornará saindo de Gramado no dia 12 (doze), também pela manhã. O roteiro será feito via Lages.

As inscrições já se encontram abertas, através de formulário eletrônico no site [www.plenafisco.com.br](http://www.plenafisco.com.br) ou no site [www.fenafisco.org.br](http://www.fenafisco.org.br). O temário dos Eventos será o seguinte: **Modelo de Estado; Administração Tributária; Função e Carreira Fiscal Tributária e Futuro do ICMS/IVA. PARTICIPEM!**

# VALORIZAÇÃO DA CLASSE FISCAL



Minha postura foi sempre a favor da valorização da classe fiscal. Votei e voto contra os projetos de lei que tratam da concessão de benefícios fiscais como forma de resolução de impasses tributários entre os Estados. Este procedimento, além de não resolver os problemas gerados, agrava a situação de outros segmentos produtivos e cria tratamentos privilegiados. Veja-se a questão dos regimes especiais para utilização de redução de base de cálculo ou de crédito presumido e de exceção, como o COMPLEX. Observe-se o resultado das concessões na esfera do FUNDOSOCIAL e do REVIGORAR 2.

Há que ser aprovada com urgência, pelo Congresso Nacional, a reforma tributária em tramitação, como forma de evitar as benesses decorrentes da guerra fiscal.

Há que haver respeito aos trabalhos desenvolvidos pelos servidores do Fisco na busca do equilíbrio entre os contribuintes, pelo permanente combate à sonegação. Se os infratores obtiverem benefícios continuados para a regularização de suas pendências, se alguns forem mais iguais do que outros perante as leis, nunca teremos reconhecido o trabalho dos nossos agentes fiscalizadores, que vêem os resultados de suas ações compartilhados com os inadimplentes.

Pior do que isso, os bons contribuintes podem resolver atrasar tributos, posto que, quando nesta situação, teriam favores legais para quitar os débitos vencidos.

## APOSENTADOS

Convivemos com dois TETOS de vencimentos. Um para os ativos e outro, bem inferior, para os aposentados. Segundo a Secretaria da Administração, a culpa deste fato é da Fazenda. E os ativos de hoje, quando se aposentarem, também terão a redução do valor de seus vencimentos, equiparando-os aos atuais aposentados?

## GOVERNO

A publicidade apresentada diariamente pelos meios de comunicação dá conta de uma gestão maravilhosa, de um Estado transformado em canteiro de obras, de educação, saúde e segurança perfeitas. No entanto, na vida real, vemos escolas sem condições de

funcionamento, sem uniformes para os alunos, com kit básico distribuído aos educandos cujos cadernos soltam as folhas e as capas e com os professores descontentes. Vemos diariamente nas estradas ambulâncias transportando doentes, inclusive com acidentados graves, a exemplo do ônibus do sul do Estado e da ambulância de Taió. Constatamos as Polícias civil e militar racionando combustíveis, diárias e deslocamentos, por conta da falta de dinheiro.

Não é este o Governo que vemos na propaganda e muito menos o que queremos para o nosso Estado.

## ROMBO NO IPESC

Por lei foi transferida a responsabilidade pelo pagamento dos inativos ao IPESC, sem vinculação com a necessidade de repasse financeiro da fonte 00 (caixa do Estado) para o Instituto. Questionado quanto aos valores recebidos, o Presidente da entidade não soube responder. Desconfio que as transferências sejam insuficientes, aumentando cada vez mais o “rombo” nas contas do IPESC.

## SUPRIMENTO DE CAIXA DO TESOUREO ESTADUAL

Em outubro de 1995 foi criada empresa para lançar debêntures no mercado, lastreadas em ações da estatal de energia elétrica. No vencimento, os investidores devolveriam os títulos ao Estado e receberiam em troca ações da empresa de energia elétrica, sem qualquer ônus financeiro para o erário. Tratava-se de uma forma “criativa” de obtenção de recursos financeiros para suprir o caixa do Tesouro. No entanto, a operação criou uma dívida para o Estado que, em dezembro de 2005, montava a valores superiores a um bilhão de reais. Logo a seguir tivemos o caso das Letras.

As formas “criativas” de obtenção de recursos também estão presentes na atual gestão. Temos a compensação de débitos do PRODEC com créditos de exportação. E estes mesmos registros quirografários, compensados contra valores do PRODEC se destinam, por transferência, à SC Parcerias, podendo ser retransferidos (por revenda paga em dinheiro) a contribuintes do ICMS interessados. É mais uma forma de suprimento do caixa estadual com recursos de tributo convertidos em valores para investimentos sem passar pelas obrigações constitucionais.

Tivemos, ainda, as transações do FUNDOSOCIAL, onde pela primeira vez foi con-

cedida anistia parcial de valores de tributo e o REVIGORAR II, por Medida Provisória, também com perdão parcial de valor de impostos.

Aliado a isto vimos, nos decretos de alteração de maio e junho deste ano, antecipação de receitas dos setores de combustíveis, energia elétrica e comunicações. No setor de combustíveis, a apuração resultou diária e o pagamento mensal até o dia 18 do mesmo mês dos fatos geradores. Da energia elétrica e comunicação, a apuração passou para decenal, com pagamentos nos dias 20 e 25 do mesmo mês para 75% do valor pago no mês anterior e a complementação no 10º dia do mês seguinte. Isto significa antecipação de receita da ordem de 33,70% do total mensal de ICMS, se levarmos em conta a participação dos segmentos mencionados no total das receitas de ICMS de 2005. A norma vale por seis meses e questiono: como ficará a arrecadação do mês de janeiro de 2007 com a antecipação determinada?

## TRANSFERÊNCIAS DE CRÉDITO

Durante minha gestão à frente da Fazenda, TODOS os pedidos de transferência de créditos foram autorizados, independentemente de quem houvesse requerido. Bastava que os contribuintes provassem sua perfeita adimplência e cumprimento estrito da legislação. Não havia, como atualmente, requerimentos sobrestados por longos períodos, que chegam a superar aniversário. Este fato descapitaliza as empresas exportadoras e, somado à valorização do real frente ao dólar e aos embargos às exportações de carne, gera crise na economia catarinense.

## ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A MARCEGAGLIA, a VEGA USINOR (ACELOR), a CEBRACE, a MABEL e outras tantas empresas de porte implantadas em Santa Catarina foram um marco da administração de que participei. É uma fórmula de desenvolvimento de caráter perene, sem necessidade de concessão de benefícios tributários e que contribui expressivamente para a ampliação da geração de emprego e renda, com reflexos diretos na arrecadação de tributos.

Esta é a forma correta de promover o crescimento econômico, sem renúncia de receitas em caráter continuado e sem benesses ilegais e inconstitucionais.

**Antônio Carlos Vieira**  
Deputado Estadual



## MENSAGEM AOS COLEGAS FISCAIS

Colegas, aproveito este espaço para relembra alguns fatos importantes que envolveram as nossas questões enquanto funcionários e a própria instituição Secretaria de Estado da Fazenda, que aconteceram nos últimos 22 anos, desde o meu ingresso na carreira de Fiscal de Tributos Estaduais em 1984.

Em 1986, quando ainda não existia o SINDIFISCO, participamos de um movimento de colegas (apelidado de UDR), que tinha como ideal buscar melhorias, seja salarial, das condições de trabalho, do reconhecimento da importância do nosso trabalho para a sociedade e para o governo e do fortalecimento da nossa instituição. Foi desse embrião que surgiu o SINDIFISCO, um dos primeiros sindicatos de servidores públicos a ser criado, quando a Constituição de 1988 autorizou os servidores públicos a se organizarem em sindicatos.

Em 1992, fui eleito diretor de formação sindical do SINDIFISCO e em 1994, eleito Presidente da instituição. Nestas duas funções batalhei muito para melhorar o nível salarial de nossa categoria, que naquele momento vivia uma situação de penúria com a remuneração próxima de US\$ 900,00. Foi uma dura batalha, mas com a ajuda de alguns colegas, dentre eles merece destaque o colega Anastácio Martins e com o apoio decisivo do Deputado Antonio Ceron, em 1994 conseguimos avançar para o patamar equivalente a US\$ 4.000,00. Nessa época, inclusive, foi criada a RCV e a GAF.

Em 1995, assumi a Diretoria de Administração Tributária e de fevereiro de 1996 até março de 1998 exerci as funções de Secretário Adjunto da Fazenda. Sempre preocupado com a nossa condição de servidor público e com a nossa instituição, fomos em busca do financiamento do PNAFE para modernizarmos a SEF. Depois de

iniciarmos a implantação do projeto Super-Rede, conseguimos contratar um empréstimo no valor de US\$ 17 milhões, cuja primeira parcela foi liberada em 1998. Foi com esses recursos que todos os colegas tiveram oportunidade de passar por vários treinamentos. Foi possível interligar a SEF em rede. E contratar o desenvolvimento do nosso sistema corporativo - S@T.

Em julho de 1999 criamos a CREDISC, com 35 associados. A instituição iniciou o seu funcionamento em novembro de 1999, já com 93 associados, e hoje conta com aproximadamente 1.500 associados e duas agências, para prestar serviços financeiros aos servidores públicos a um custo bastante inferior ao mercado e remunerando melhor aqueles que dispõem de recursos para aplicar.

Por ter participado de todos os momentos importantes da nossa categoria nestes últimos anos, sinto-me credenciado a ser o representante do Fisco na Assembléia Legislativa. Lá, dentre as atividades normais de um parlamentar, pretendo trabalhar pela implantação da Secretaria da Receita Estadual, antigo sonho da categoria (já obtivemos o aval do companheiro Luiz Henrique da Silveira, candidato à reeleição como governador, que incluirá a proposta no seu plano de governo). Uma vez instalada, terá autonomia e orçamento próprios, uma vez que por emenda à Constituição Federal é possível destinar um percentual da receita para o funcionamento da estrutura responsável pela arrecadação e fiscalização. Assim, o titular e os servidores desta instituição poderão trabalhar na condução de uma política econômica e fiscal, em um ambiente livre da influência de fatores externos que freqüentemente travam o pleno exercício da nossa função.

É com promessa também lutar pela melhoria das condições salariais da ca-

tegoria como um todo (não podemos mais aceitar a odiosa disparidade de teto entre os poderes), aí incluídos os inativos, que vem tendo os seus direitos constitucionais de paridade, já reconhecidos pela justiça, sistematicamente negados pela Secretaria da Administração.

Em conjunto com o SINDIFISCO, estamos gestionando junto ao Governo do Estado o encaminhamento de um Projeto de Lei Complementar que deverá equacionar esse problema, dando a todos, ativos e inativos, a oportunidade de manutenção e progressão de seus níveis salariais. Aproveito, inclusive, para pactuar com a categoria o meu com-promisso de nomear um representante da classe para a minha assessoria.

Por último quero lembrar aos colegas da necessidade de a classe ter um representante na Casa Legislativa. Lembro que, acima de nossa função, somos cidadãos e como tal temos o direito de exercer a política, quer como postulantes a um cargo, quer como partícipes do processo eleitoral. Participar com ética, responsabilidade e honestidade não denigre a imagem de ninguém, pelo contrário, dignifica quem dele participa.

Conclamo a todos virem fazer parte dessa festa democrática, exercendo em toda plenitude a sua cidadania.



Renato Luiz Hinnig

## QUEROSENE

Fiscais de Tributos da Gerência de Substituição Tributária e da Regional de Blumenau autuaram distribuidora de combustíveis de Estado vizinho em função de aproveitamento de crédito de ICMS indevido relativo a devoluções fictícias de querosene de aviação. Pela infração a empresa foi autuada em aproximadamente R\$ 10 milhões.

## TRANSPORTES

O GTTRAN - Grupo Setorial de Transporte encerrou fiscalização em uma agência marítima, constatando a realização de transporte de mercadorias destinadas à exportação, do Porto de Itajaí até portos situados em outros Estados, enviadas efetivamente para o exterior, sem o destaque do ICMS nos Conhecimentos de Transporte. O estabelecimento foi notificado em aproximadamente R\$ 550 mil.

## CONFECÇÃO

Auditoria realizada em empresa do Vale do Itajaí, constatou a existência de créditos de ICMS sem origem documental; também foram constatados lançamentos contábeis fictícios para que não ocorresse o “estouro” da conta caixa. A empresa não contestou a exigência fiscal e recolheu aos cofres estaduais valor superior a R\$1 milhão.

## CERVEJARIAS FICTÍCIAS

Foi notificada em mais de R\$1,7 milhão, relativamente ao ICMS - substituição, empresa paulista, que transfere cerveja para 3 estabelecimentos em SC, inscritos como fabricantes de cerveja. Como se trata de operação de industrial para industrial, a substituição tributária fica à cargo daquele que der saída a varejista. As três “fábricas” em SC, que recebem cerveja sem ICMS - ST, quase nada recolheram em impostos.



## TÊXTEL DE BRUSQUE

Foi encerrada auditoria em que os Fiscais de Tributos re-alizaram quebra de sigilo de conta bancária não registrada na contabilidade. Nesta, eram creditados valores referentes a operações tributáveis não submetidos ao ICMS. O valor notificado foi próximo de R\$ 23 milhões.

## “SUPER-MERCADO”

Fiscalização em supermercado do Oeste rendeu notificação superior a R\$ 4,5 milhões. O estabelecimento que é filial de atacadista paranaense, comprava em seu nome e não registrava as aquisições na escrita fiscal.

## “MICO-EMPRESA”

O Grupo Setorial de Transportes da SEF concluiu auditoria em empresa irregularmente enquadrada no Simples Estadual. Para se manter na condição de ME a transportadora escriturava conhecimentos de transporte a menor, “calçava” conhecimentos e em alguns casos nem os escriturava. Em função das infrações foram lavradas notificações de quase R\$ 3 milhões.

## CONCRETO

Indústria de pré-moldados do Oeste foi notificada em aproximadamente R\$ 280 mil. Foi constatada emissão de NF indicando operações sem débito de ICMS quando na realidade se tratava de venda. Os créditos fiscais notificados foram parcelados pelo contribuinte.

## CAIXA D'ÁGUA

Foi encerrada fiscalização em empresa fabricante de caixas d'água e piscinas onde se constatou a existência de empréstimos fictícios nos exercícios de 2001 a 2004, resultando em “prejuízos” milionários à empresa. Tais empréstimos acobertavam vendas sem emissão de NF, configurando suprimento de caixa. A notificação ultrapassou R\$ 200 mil.

## FALECIMENTO

Com pesar comunicamos o falecimento do colega Carlos Alberto Bellei, no dia 30 de junho, em Chapecó.

## COMBUSTÍVEL I

A comercialização de combustíveis é responsável por 20% da arrecadação estadual. Diante da importância da atividade econômica, o GTCOL - Grupo de trabalho especialista em combustíveis e lubrificantes da SEF tem desenvolvido diversas ações, a fim de coibir a sonegação do ICMS. Recentemente foram realizadas operações fiscais que resultaram em cancelamento de dezenas de distribuidoras de combustíveis e TRRs que encontravam-se em situação irregular e constatação do descumprimento de impressão do encerrante, que corresponde à quantidade total de litros de combustível vendido por bomba, no cupom fiscal.

## COMBUSTÍVEL II

Em outras ações houve a lacração de um Ponto de Abastecimento estabelecido irregularmente em Itajaí, cuja auditoria resultará em notificações fiscais superiores a R\$ 1 milhão e identificação de outros pontos que simulam consumo pela frota própria, abastecendo caminhões de terceiros, oferecendo óleo diesel irregularmente.



Há também uma série de ações desenvolvidas nos postos fiscais e pelo GTCOL que têm detectado falsificação de diversas guias de recolhimento do ICMS, dentre outras irregularidades. A novidade que deve revolucionar o setor é o lançamento do sistema de monitoramento e controle remoto de níveis de líquidos em tanques de combustível, que já está sendo discutido com representantes do setor. Combinado à nota fiscal eletrônica, permitirá o cruzamento instantâneo de informações, detectando irregularidades fiscais e adulterações de combustíveis.

## PARTICIPAÇÃO

No dia 12 de julho, o diretor administrativo do SINDIFISCO, Widomar Carpes participou do Fórum/Debate sobre Reforma Previdenciária no Estado, e esteve também com o assessor responsável pelo plano de governo do candidato do PT ao governo de Santa Catarina.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em momento de dificuldades do tesouro Estadual, o SINDIFISCO e o SINDIAFRE, tomaram a iniciativa de reunir os AFRES para estudo e planejamento de ações de incremento da arrecadação. O Evento ocorreu no auditório do SINDIFISCO, no dia 12 de julho.



## REVIGORAR II

O Governo do Estado lança novo pacote incentivando a adimplência de créditos de ICM/ICMS, constituídos até 31/03/06. Com a Medida Provisória 127 instituindo o Revigorar II, a Secretaria de Estado da Fazenda pretende reduzir o volume de dívida ativa, cuja capacidade de cobrança já se encontra em franco esgotamento.

Segundo a SEF, um dos objetivos é buscar a liquidação de créditos em que é elevado o custo da cobrança, tanto é assim, que os valores até 10 mil reais terão seus valores reduzidos em 80%.

## SOBRE RODAS

Audidores fiscais da Região do Vale do Itajaí encerraram levantamento em transportadora de cargas onde se verificou o lançamento de vários créditos de ICMS não permitidos pela legislação, tais como: crédito de aquisição de energia elétrica, de serviço de comunicação, crédito de NF cujo destinatário era a filial da empresa em São Paulo, e vários outros casos de lançamentos irregulares de ICMS no Livro de Entradas. Devido a estas infrações, o contribuinte foi autuado em mais de R\$ 2,5 milhões.

## PASSIVO FICTÍCIO

Fabricante de tintas e vernizes do sul do estado foi notificada pelo fisco catarinense em cerca de 2,2 milhões por apresentar em seu balanço obrigações referentes a duplicatas de fornecedores em aberto, porém já quitadas.

## TECNO-FISCO

O uso da tecnologia da informação na Secretaria da Fazenda tem sido crescente. Se bem administrada torna-se uma aliada no combate à sonegação. O setor de combustíveis não foge à regra. Com a utilização do Programa SCANC – sistema de captação e auditoria dos anexos de combustíveis, que controla as operações do setor, levantou-se montante superior a R\$ 3 milhões, em ICMS que não haviam sido repassados ao Estado. No mês passado, uma empresa do ramo de combustíveis deixou de repassar R\$ 4 milhões. Prontamente os auditores da SEF detectaram o problema e contataram o devedor, que quitou a pendência com o Estado.

## BODAS DE OURO

O casal Arlindo e Valli Corrêa completaram meio século de união conjugal. Para comemorar realizaram a benção das alianças na Igreja Matriz de Canasvieiras e ofereceram jantar na sede social da Afesc, com muita dança e gastronomia feita. O Sindifisco parabeniza o nosso Diretor de Aposentados e sua esposa.

## ARRECADAÇÃO SUBINDO

O valor total arrecadado no primeiro semestre de 2006 pelo governo estadual totalizou 3,8 bilhões de reais. No mesmo período do ano passado ingressaram nos cofres públicos 3,5 bi, ou seja, incremento nominal de 6,9%. Apesar de todos os BENEFÍCIOS FISCAIS, grande volume de EXPORTAÇÕES (imune de tributação) e da interrupção do repasse federal relativo à LEI KANDIR, o Fisco estadual tem conseguido bons resultados em termos de arrecadação.

## ARRECADAÇÃO TOTAL/SC - 1º SEMESTRE 2006 / 2005\*

Mês	Total 2005	Total 2006	Varição
Janeiro	602,0	699,4	16,2%
Fevereiro	543,9	573,6	5,5%
Março	560,6	628,9	12,2%
Abril	596,4	616,3	3,3%
Maior	624,7	632,8	1,3%
Junho	620,5	641,3	3,4%
<b>TOTAL</b>	<b>3.548,1</b>	<b>3.792,3</b>	<b>6,9%</b>

\*Valores em milhões de Reais (R\$)

## CALÇAMENTO ILIMITADO

No mês de junho foi encerrada fiscalização em papelaria localizada no Oeste do Estado. Foram emitidas quatro notificações que totalizaram mais de R\$ 180 mil. Foram detectadas diversas infrações. A principal delas se referia à prática de calçamento de notas fiscais, ou seja, preenchimento de documentos fiscais com valores diferentes nas diversas vias com o intuito de reduzir o ICMS a pagar. Ao todo, foram cerca de 400 NF nessa situação, inclusive algumas de série 2. A empresa estava enquadrada no SIMPLES-EPP estadual.

## AVISO AOS NAVEGANTES

O pagamento da primeira parcela do 13º salário (50%) foi anunciada pelo governo para o dia 19/07/2006 (pessoal do grupo 2).

## PROPOSTA AOS CANDIDATOS

O Sindifisco está contatando todos os candidatos a governador com o intuito de agendar encontro para entrega de proposta de implantação da Secretaria da Receita. Na oportunidade dos encontros encaminharemos outras propostas e reivindicações da categoria. Estamos abertos para sugestões que possam integrar a pauta.

## DICIONÁRIO DO ICMS

Deve sair no final de julho a 8ª edição do livro "O seu plantão fiscal - dicionário do ICMS de A a Z", de autoria do AFRE Almir José Gorges.





# Aniversariantes

O Jornal do Sindifisco parabeneza todos os filiados aniversariantes dos meses de junho e julho, desejan-lhes felicidade e saúde.

Walter Kuss	01/06	Nelson Rodrigues Ribeiro	04/07
Rolando P. Bielschowsky	02/06	Antônio Carlos Souza	04/07
Francisco Ricieri Fontanella	02/06	Clóvis Luis Jacoski	05/07
Werner Gerson Dannebrock	02/06	Achilles Cesar C. Barroso Silva	05/07
Nilton Ribeiro Filippou	02/06	Adalberto Aluizio Eyng	06/07
Laura Carneiro Neves Meller	03/06	Venilton M. do Nascimento	06/07
Antônio Medeiros Vieira	03/06	Maurício José de Lima	07/07
Luiz José Collaço	04/06	Lucas Pivatto	08/07
Luiz Ayr Ferreira da Silva	04/06	Maria Aparecida M. Ikuno	08/07
Orlando Jaco Silva	04/06	Ruy Carlos Kriesel	10/07
João Lúcio Martins	04/06	Oscar Falk	10/07
Alyrio Alvide Piccoli	05/06	Lenai Michels	10/07
Helge Detlev Pantzier	05/06	Madalena Borjes Tarachucky	11/07
Alzira Quellmalz	06/06	Nadir Nice Botelho Soncini	11/07
Hélio Sussumu Oba	06/06	Leandro Espartel Bohrer	11/07
Nair Maria de O. Boppré	07/06	Jorge O. Moré Junior	11/07
Marionete de Bem Coelho	07/06	Orlando Pacheco	13/07
Luiz Cláudio H. Domingues	07/06	Acácio Rovere Braga	13/07
Elaine Aliatti	07/06	Valdir Salvi	13/07
Índio Jorge Zavarizi	08/06	José Reinaldo Figueiredo	14/07
Sílvio Miranda	08/06	Pedro Mendes	15/07
Oilson Carlos Amaral	08/06	Afonso Pedrini	16/07
Manoel Francisco A. Neto	08/06	Paulo Ricardo Hinnig	17/07
Eudo Nerino Rebelo	10/06	Edson Dalazen	17/07
José Darcy Wandembruck	10/06	Abel Ávila dos Santos	18/07
Fernando A. Candelot Morozzi	10/06	Antônio F. de A. Athayde	18/07
Luiz Meireles Soares Nunes	11/06	Ramon Santos de Medeiros	18/07
Norberto Kuhnen Neto	11/06	Walmor Zozimo Peixoto	18/07
Paulo da Costa Ramos	13/06	Huélinton Willy Pickler	18/07
Joacir Sevegnani	16/06	Erasmus Vicente Damiani	19/07
Hermano Marinho Pereira	17/06	Hélio Francisco Villas Boas	19/07
Cláudio Roberto Chiesa	17/06	Carlos Rebello	20/07
Aloísio Acacio Piazza	19/06	Claudemir A. Piola da Silva	20/07
João Antonio Gallo	19/06	Renato Henrique Wandrey	22/07
Maria dos Santos Carneiro	20/06	Inácia Renita Graeff	22/07
Romário Arthur Ferreira	20/06	Frida Schweicerki da Silva	24/07
Neander Santos	20/06	Carlos Ronald Correa Reis	24/07
Dilza Anderson Monteiro	22/06	Delmar Hugo Linck Dorneles	24/07
Jordão Luiz Moratelli	25/06	Geraldo de Mello Rocha	24/07
Maurício da Rocha Linhares	28/06	Aquino Alves dos Santos	26/07
Elizabete Martins	29/06	Neusa Maria Portinho	27/07
Gerson Pedro Berti	29/06	Nelson Teobaldo Streb	27/07
Fábio da Costa Ramos	30/06	Francisco U. de Oliveira	27/07
Luciano Trevisan Freitas	30/06	Lino Kurten	28/07
Miriam Dantas Campos	02/07	Marilene Cristina Castagna	28/07
Alfredo Loeffler	03/07	Hermann Franz Piske	28/07
Valdir Sebastiani	03/07	Adolar Speck	31/07
Airton do Amaral	03/07	Sônia Luersen Wiethorn	31/07
Aldo Timóteo Alves Filho	03/07	Cláudio Pacheco Ferreira	31/07
Arlindo Manoel Péres	04/07		

## Conselho de Amigo

Caro Colega

*Permita-nos esta colocação.*

*Volte a pensar neste assunto :*

*Só a união da classe formará liderança e nos dará prestígio e força para reivindicarmos.*

*Unidos seremos fortes, separados nada representamos. De "príncipes" do estado estamos reduzidos a "mordomos".*

*O elefante, símbolo da inteligência, também não sabe a força que possui. Se cada um puxar para lados diferentes, as forças se anulam, se unirmos nossas forças conduziremos nossas idéias.*

*Nossa classe é aproveitada por outros, por terceiros que a usa individualmente.*

*É imperioso voltarmos a conduzi-la.*

*Devemos usá-las em função de todos.*

*Para a Classe!!!*

**Colega, Companheiro - PARE E PENSE!!!**

*Lembre-se que a união faz a força!!!*

### Henrique de Arruda Ramos

PS.: Este texto foi redigido originalmente em setembro de 1986.

